

MOVIMENTO SINDICAL E FORMAÇÃO DE CLASSE - Elementos para uma discussão teórico-metodológica*

Antonio Sergio Alfredo Guimarães**

Nadya Araujo Castro**

Este trabalho tem como temática central a relação entre o movimento sindical e o processo de formação de classe.

Em sua primeira parte procura revisitar a problemática de análise contida nas grandes vertentes clássicas dos estudos sociológicos e históricos acerca do movimento sindical no Brasil. Menos com a preocupação de revisá-los, ao modo de uma resenha exaustiva das contribuições específicas de cada um deles; mais com o interesse de repensar as suas ênfases e silêncios, com os olhos enriquecidos pelos resultados da pesquisa mais recente sobre a classe trabalhadora brasileira; resultados constituídos a partir de novas vertentes de observação e de interpretação, centradas preponderantemente no processo de trabalho e nas modalidades de gestão da força de trabalho, na estrutura da classe trabalhadora, nos novos padrões de reprodução da força de trabalho, nos movimentos so-

* Este trabalho se constitui no primeiro produto de um projeto mais amplo denominado "A Formação de classe dos trabalhadores químicos e petroquímicos - as determinações materiais: economia, política e cultura!¹, em desenvolvimento no Centro de Recursos Humanos/UFBA, com o apoio do CNPq, ANPOCS/Ford, CESE, Simdiquímica e Proquímios. Nele colaboram também o NHODOC - Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea - do Mestrado em Ciências Sociais e a Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia. Esta versão incorpora comentários ou discussões havidas no Centro de Recursos Humanos e no GT "Classe Operária e Sindi-calismo" na oportunidade do Xº Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em outubro de 1986.

** Professor do Departamento de Sociologia e do Mestrado em Ciências Sociais; pesquisador do Centro de Recursos Humanos da UFBA.

ciais e na interpenetração dos novos espaços e formas de sociabilidade que marcam e constituição do sujeito-operário.

Em sua segunda parte, retoma a contribuição de alguns teóricos do processo de formação de classe de modo a enfrentar aquela que parece ser a grande problemática de fundo, subjacente à literatura revisada na parte primeira, qual seja, como se forma a consciência de classe. Supondo que o conteúdo desta consciência não está dado a-prioristicamente, busca-se percorrer o caminho analítico que permite enfrentar a questão de quais são e como se formam os interesses dos trabalhadores. Para tanto, alinham-se algumas reflexões sobre o processo de formação de interesses, com especial preocupação com as dimensões da auto-identificação e da capacitação de classe. É neste contexto que se repõe o desafio de repensar o movimento sindical face a uma complexa estrutura de mediações.

Finalmente, na terceira parte, desenvolvem-se algumas considerações que pretendem apontar para a factibilidade das indicações teórico-metodológicas, com vistas a avançar uma agenda de pesquisa empírica, recuperando as diversas determinações do real, através de múltiplas mediações como o regime fabril, o movimento político operário e a formação cultural, evidenciadas em ação num caso empírico determinado: o estudo do processo de formação de interesses e de construção de identidade de classe entre os trabalhadores baianos da indústria petroquímica e química moderna.

1. Dos Estudos do Movimento Sindical à Análise da Formação de Classe: um amplo campo teórico em construção.

Os estudos sobre o movimento sindical no Brasil seguiram no passado por três vertentes clássicas: ou procuraram recuperar a luta sindical e a organização dos trabalhadores em sua conexão com os partidos políticos (Telles, 1962; Linhares, 1962; Miglioli, 1963; Dias, 1962); ou buscaram mostrar a vinculação estrutural do sindicalismo populista com o Estado (Rodrigues, 1966; Rodrigues, 1968; Simão, 1966); ou investigaram as atitudes políticas e industriais dos trabalhadores em sua relação com os sindicatos (Cardoso, 1963; Lopes, 1964; Pereira, 1965; Rodrigues, 1970; Carvalho, 1971).

Tais estudos têm o mérito inegável de terem colocado de um modo oportuno três questões fundamentais do sindicalismo que são ainda hoje relevantes. Primeiro, como as propostas políticas de emancipação da classe trabalhadora, formuladas ao nível dos partidos, encontram expressão na política sindical? Segundo, qual a efetividade e as consequências da estrutura sindical para a luta emancipatória dos trabalhadores? Terceiro, como a formação cultural dos trabalhadores e a situação do mercado de trabalho limitam as possibilidades de emergência de um movimento sindical forte e autônomo?

Por trás dessas questões, porém, escondiam-se suposições teóricas que não parecem ter resistido tão bem ao tempo. De fato, em que pese os estudos referidos filiarem-se a linhas teóricas claramente divergentes, num espectro que vai do marxismo mais ortodoxo à sociologia da modernização, eles

partilhavam uma problemática comum, qual seja, a de supor a existência de interesses operários unívoca e objetivamente definíveis ao nível da estrutura econômica, independentemente das estruturas políticas e ideológicas. Desse modo, o mundo da produção era visto como um mundo econômico, enquanto o mundo político e ideológico era visto como extra-fábrica, representado pelos partidos e pelos sindicatos.

Por isso mesmo, um primeiro grupo de estudos voltava-se para uma avaliação histórica dos partidos políticos, supostamente portadores privilegiados da consciência de classe; um segundo grupo esforçava-se por avaliar o que significava a tutela do estado para o desempenho dos sindicatos em seu papel de conscientização; e um terceiro grupo tentava encontrar nas origens culturais e regionais da classe operária uma explicação para o nível supostamente baixo da consciência "de classe" no Brasil.

Ora, essa problemática da consciência de classe, tal como colocada pelos clássicos, seja em sua vertente marxista, seja em sua vertente weberiana, nunca foi claramente enfrentada pelos estudiosos do movimento sindical. A proposição de univocidade e irreconciliabilidade dos interesses operários foi sempre um ponto de partida para a reflexão de uma prática sindical que, paradoxalmente, quanto mais combativa mais prima por arrancar compromissos de classe em patamares cada vez mais vantajosos para seus interesses.

No Brasil, antes de aceitar o desafio de repensar a problemática da consciência de classe, os estudiosos se viram

forçados a refletir sobre o novo quadro institucional que a ditadura militar colocava para o movimento operário e sindical. E essa reflexão foi tanto mais rica quanto mais se respaldava numa tradição de estudo mais desenvolvida. Afinal, como explicar a permanência de uma estrutura sindical em regimes políticos tão dispares que buscavam e consentimento da classe, um, e o outro o seu controle?

Por outro lado, como recuperar as formas de expressão do movimento operário num contexto de profundas transformações na estrutura da empresa capitalista e da força de trabalho por ela ocupada?

Com Weffort (1972, 1978, 1979) completa-se, então, pois, uma linha de investigação sobre os limites institucionais das práticas operárias que ira gerar hipóteses decisivas sobre as determinações estruturais do movimento operário no Brasil (Martins, 1979; Almeida, 1975, 1978). Weffort (1972) pressente nos conflitos industriais de 1968 o ressurgimento do movimento operário em bases novas, opondo-se à estrutura sindical, que ele explica, tanto como um resultado do processo de concentração do capital, quanto como uma resposta estratégica ao regime ditatorial. No entanto, ele se furta a apontar os mecanismos pelos quais a concentração de capital teria fortalecido a capacitação de classe dos trabalhadores, assim como não explicita a estrutura através da qual a ordem ditatorial teria condicionado a seleção de novas estratégias de enfrentamento.

Por outro lado, Almeida (1975) avança uma audaciosa

hipótese de explicação para as novas bases do movimento operário, articulando a unicidade da estrutura das relações industriais com a dualidade das situações concretas dos trabalhadores nas firmas competitivas e nas firmas monopolistas, para colocar no horizonte a possível segmentação organizacional e política de classe trabalhadora brasileira.

Nessas condições, a grande empresa monopolística passou a ser vista como o locus por excelência do novo sindicalismo. Implícita em seus escritos esta a tese de que a inadequação funcional entre a legislação trabalhista e os conflitos de trabalho nas firmas monopolistas é a principal alimentadora da formação de classe.

Incorpora-se, assim, o universo fabril aos estudos sindicais. Mas de modo oblíquo, pois a tese de inadequação funcional por ela defendida é uma explicação estrutural que não diferencia as diversas práticas fabris, avançando apenas as condições negativas que teriam motivado uma nova organização operária, sem se deter sobre as condições positivas que estavam em jogo.

Foi apenas através da crítica de Humphrey (1979, 1980, 1981) a Almeida que a discussão sobre a capacitação da classe operária brasileira incorporou efetivamente as determinações oriundas do processo de trabalho e da gestão de : força de trabalho.

Humphrey contesta a precisão da tese de Almeida a partir de seus pressupostos. Primeiro, segundo ele, a inade-

quação da legislação trabalhista para administrar conflitos industriais não se restringiria aos setores monopolísticos; segundo, não existiria no Brasil uma estrutura dual ou tríade do mercado de trabalho (Piore, 1975; Edwards, 1979). Ao contrário, acentua como fatores desencadeadores da formação de classe no ABC paulista as condições particulares do processo de trabalho na indústria automobilística e a concentração *espacial* dessa indústria no ABC.

Entre as condições particulares à indústria automobilística estariam: a) relativo controle sobre o processo de trabalho exercido por algumas categorias operárias, como os operadores na sala de máquinas (**machine-Shop**); b) a ausência de um mercado interno de trabalho, isto é, de escalas promocionais suficientes e de recrutamento interno de pessoal mais qualificado; c) as condições de sobre-exploração refletidas na quantidade exagerada de horas extras e na intensidade do trabalho e d) a posição monopolística dessas empresas frente aos seus mercados, tanto consumidor, quanto de trabalho e insumos.

Este debate parece marcar a emergência da problemática dos estudos do processo de trabalho no campo das análises sobre classe operária e sindicalismo no Brasil.

É significativo que o intenso desenvolvimento de alguns campos limítrofes - como processo de trabalho, estrutura da classe trabalhadora e reprodução da força de trabalho, movimentos sociais, ... - tenha se verificado, por um lado, de forma paralela aos avanços logrados nos estudos sobre classe

operária e sindicalismo; e, por outro, tenha ganho força precisamente quando as pesquisas sobre o movimento operário pareciam experimentar um momento de refluxo.

Acreditamos, contudo, que os avanços analíticos logrados por alguns destes campos temáticos fronteiriços são decisivos ao enfrentamento de questões cruciais postas pelas vertentes mais clássicas da sociologia do movimento operário no Brasil, e que foram linhadas até aqui.

1.1. Relações da produção e produção da política no cotidiano fabril.

Os estudos acerca do processo de trabalho, sem dúvida, constituem o primeiro destes campos fronteiriços relevantes. Através deles valoriza-se a problemática das formas de subordinação e de resistência no contexto fabril enquanto um elemento central para compreender-se a formação da classe trabalhadora (Sorj, 1983; Vianna, 1984).

A partir deste novo ponto de vista, constroi-se a avaliação da literatura antecedente sobre a classe operária no Brasil. Para esta nova linha de investigação, os estudos anteriores haviam privilegiado excessivamente a temática das relações entre classes antagônicas, expressas institucionalmente através de sindicatos e partidos, subestimando o momento de análise do processo capitalista de trabalho, enquanto produtor e reproduzidor de relações sociais de produção (Abreu, 1985).

E exatamente neste ponto reside a grande contribuição analítica dos estudos sobre o processo de trabalho: na compreensão da cotidianidade fabril como um espaço onde se estabelecem mais que simples relações técnicas de trabalho, mas, antes, como um campo privilegiado de construção e expressão de relações sociais e políticas que se constituem, em última instância, pelo embate entre projetos de atores que se defendem como classe e se auto-identificam através do reconhecimento de interesses opostos (Le Ven et alli, 1983).

Com isto, supera-se definitivamente os resquícios, antes prevalescentes, de uma visão que identificava o mundo da produção como o mundo de relações econômicas, recuperando os determinantes político-ideológicos dos interesses operários na operação de variáveis definidas muito além dos muros da fábrica.

Nessa nova linha de entendimento valoriza-se significativamente a problemática do conteúdo, das formas e da efetividade dos processos de resistência operária que se desenvolvem no contexto fabril, articulados de maneira mais ou menos explícita às novas formas de organização e luta que dão existência ao movimento sindical durante o período ditatorial.

De resto, a emergência das greves de 78 e 79 chamou a atenção para novas dimensões do movimento operário brasileiro, cujo entendimento parecia ter que passar necessariamente por um mergulho em profundidade no micro-cosmos do mundo fabril e nas formas específicas de construção das contradições de interesse que ali se desenvolviam.

Paralelamente, o aprofundamento do processo de concentração de capital num contexto de aguda repressão, construiu uma simbiose historicamente específica entre formas técnicas de produção, marcadas pelo traço da contemporaneidade, e padrões de consumo produtivo da força de trabalho, que exprimiam condições de exploração só viabilizadas nesta conjuntura de marca do autoritarismo e aberta repressão ao movimento sindical. Este contexto sedimenta o interesse por chegar ao "chão da fábrica" (Fleury, 1985), reconstruindo a trajetória de acumulação de forças desta nova classe operária num espaço onde se exprimiam os efeitos do autoritarismo governamental e das modernas modalidades de gestão do trabalho nas empresas de grande porte.

Significativamente, o avanço analítico destes estudos passou a enfatizar o nexos entre as formas do processo de trabalho e contextos históricos, políticos, culturais e ideológicos específicos. Este nexos foi frequentemente reconstruído de modo a demonstrar como "as relações de produção atualizam, muitas vezes, relações de poder que não emanam diretamente da esfera produtiva" (Abreu, 1985: 6), mas que se depreendem de determinantes do mundo da cultura, do gênero e relações familiares, das representações e percepções da realidade, pondo na ordem do dia da análise científica do tema o requisito da multidisciplinariedade.

Nesse sentido, a análise das relações de trabalho passa a ser muito mais ampla que o estrito campo das relações de produção, ele mesmo um espaço construído pelo efeito mediador de relações sociais de natureza diversas, a exigir enfo-

ques analíticos e aparatos metodológicos específicos. É entretanto indubitável que os dez últimos anos marcaram profundos avanços no enfrentamento desta questão.

1.2. Mudanças na estrutura da classe trabalhadora e nos seus padrões de reprodução: novos espaços de construção da identidade e novas formas de sociabilidade.

Avanços recentes foram igualmente tributários dos resultados da pesquisa que se desenvolve em campo estreitamente conexo, voltado para a questão das mudanças na estrutura da classe trabalhadora e nos novos padrões de produção e reprodução da força de trabalho no Brasil.

Também aqui a constituição sistemática de um campo de problemas reflete a perplexidade da ciência social brasileira diante do fato de que o aprofundamento do processo de internacionalização e as elevadas taxas de crescimento econômico, notadamente no chamado período do "milagre", conviviam com um agudo processo de pauperização, relativa e absoluta, que atingia significativas parcelas dos trabalhadores (Singer, 1972; Arroio Jr., 1976; Matos e Carvalho, 1975).

Esta perplexidade produziu de imediato uma rica e significativa gama de estudos empíricos sobre as condições de vida das camadas trabalhadoras, notadamente urbanas (Bilac, 1978; Fausto Neto, 1982; Macedo, 1979; Carvalho, 1984; Montali, 1982; Bilac e Montali, 1985).

Estes estudos vão centrar-se sobre a identificação de um conjunto de "estratégias de sobrevivência", que permitiam aos segmentos analisados fazer face às condições de agudo empobrecimento que as políticas de arrocho salarial punham na ordem do dia graças à desarticulação do movimento sindical e à repressão política.

O aprofundamento dos estudos sobre essas condições de sobrevivência permitiu que, rapidamente, se refizesse o nexo analítico entre as condições de reprodução **da classe trabalhadora** e os mecanismos de produção e de reprodução **da força de trabalho**, na nova realidade do processo de acumulação. Assim, os padrões de consumo produtivo e de compra e venda da força de trabalho passaram a ser elementos centrais ao entendimento da emergência de expedientes de sobrevivência que, buscando paliar as condições de exploração a que se submetia o trabalhador especificamente capitalista, desenvolviam toda uma rede complexa de formas de inserção no mundo do trabalho e de captação suplementar de rendimentos.

Se o custo de reprodução da força de trabalho não se resolvia através do salário, enquanto um custo para o patrão, ele teria que ser arcado pelo trabalhador em uma parcela suplementar, de peso progressivamente mais ponderável (Barbosa, 1983).

A nova equação de reprodução permitia entender a emergência de âmbitos privilegiados nos quais se promoviam as condições, não apenas para a geração da renda e organização do consumo, como também para o desenvolvimento de formas de

sociabilidade que valorizavam novos espaços no processo de construção da identidade de classe, como sejam a família e o bairro. Alguns autores chegaram mesmo a conceber que, na nova realidade do capitalismo do milagre, a família parecia haver se tornado a verdadeira unidade explorada pelo capital (Oliveira, 1980), de sorte que na profunda heterogeneidade da inserção estrutural dos segmentos presentes nos bairros pobres das periferias dos grandes centros urbanos, estaria oculta a possível homogeneidade da força de trabalho, recuperada nos espaços onde se organiza coletivamente a sobrevivência. Rompem-se, assim, as fronteiras classicamente supostas pela análise teórica para os segmentos de reserva e ativa da classe trabalhadora (Oliveira, 1980 e Castro, 1983).

Esta paradoxal convivência entre o aparente aprofundamento da heterogeneidade estrutural da classe trabalhadora e a sua mais profunda homogeneidade lograda na estreita conexão entre as formas de existência e de exploração da força de trabalho, valoriza toda uma linha de reflexão que aponta para a dimensão política desta nova realidade.

É certo que esta linha, em suas primeiras versões, pautou-se por um profundo economicismo, em especial na vertente das chamadas teorias da marginalidade e das atitudes políticas dos grupos marginais (Quijano, 1970 e 1971; Perlman, 1977; Nelson, 1969). As formas de expressão política destes segmentos determinavam-se a partir de um foco explicativo: as suas condições de inserção na estrutura produtiva ou, quando muito, os seus padrões de vida e consumo.

Contudo, o avanço dos estudos sobre os padrões de reprodução e as chamadas estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora asseguraram o lastro empírico necessário a valorizar menos o trabalhador individual e sua inserção no aparato produtivo e mais os espaços de interação e de construção das condições de vida, espaços vitais ao entendimento do processo histórico de formação de identidade e de construção dos padrões subjetivos de apreensão das novas condições sociais vigentes.

Paralelamente, estes novos espaços tornaram-se o centro nevrálgico da reflexão de uma outra vertente de estudos, a dos movimentos sociais urbanos (Machado e Zicardi, 1979; Cardoso, 1983; Jacobie Nunes, 1983; Boshi e Valladares, 1983). Isto porque, a emergência de formas de construção social de interesses e sua expressão, notadamente em confronto com o aparelho do Estado, valorizavam, no âmbito do político, o estudo da construção da sociabilidade e da identidade, tal como pareciam desenvolver-se em torno a um espaço privilegiado - o bairro. Num contexto de aguda pauperização e de profunda repressão ao movimento sindical, emergiam novas formas de expressão coletiva de interesses, notadamente aqueles dirigidos às condições de reprodução e orientados ao Estado como interlocutor, os quais chamavam decididamente a atenção dos investigadores para novos âmbitos de expressão política da classe trabalhadora.

Embora extrapolando decididamente o mundo do trabalho a das contradições nele emergentes, é certo que podiam ser recompostos os fios que teciam as vinculações entre o novo movimento operário emergente e os movimentos sociais frequentemente fundados nas relações sociais construídas na vida do

trabalhador em seu local de residência. Trabalho e moradia passam a ser dois âmbitos centrais ao entendimento das novas formas de expressão (VIANNA, 1984). E não raro era possível encontrar explicitados os nexos entre a luta na fábrica e o seu anteparo através das formas de organização do trabalhador nos seus bairros de residência; isto parece ter sido particularmente evidente nas greves de 78/79 no ABC paulista (Moreira Alves, 1984).

Amplos e sugestivos parecem ser os resultados empíricos obtidos pelo desenvolvimento de alguns campos conexos aos estudos sobre classe operária e sindicalismo. Contudo, esta literatura carece ainda de uma reflexão mais sistemática, que faça confluir para um amplo esquema analítico a contribuição explicativa dos novos determinantes que se destacaram. De fato, desenvolvendo-se paralelos à reflexão mais tradicional sobre a temática do movimento operário, os estudos sobre as mudanças na estrutura da classe trabalhadora, seus novos padrões de reprodução e formas de sociabilidade, do mesmo modo que aqueles voltados ao processo de trabalho, apontam muito claramente para a importância desses espaços emergentes, centrais ao entendimento do processo de formação da identidade e configuração de interesses da classe trabalhadora brasileira.

Contudo, as suas breves indicações acerca da problemática da formação da consciência de classe frequentemente enfatizavam os aspectos negativos da heterogeneidade estrutural da classe trabalhadora (Quijano, 1970). Só muito recentemente começou-se a explorar uma via positiva de análise, valorizando o que se constrói, ou pode vir a ser construído política-

mente a partir dela (Carvalho, 1985; Castro, 1983). Mas isto ainda é muito pouco frente à necessidade de teorizar-se o processo de formação da classe trabalhadora brasileira, tendo em conta esta multiplicidade de determinações que o caracteriza e valorizando a especificidade do aporte de cada um destes múltiplos espaços de construção de interesses.

Revela-se, assim, um campo que parece carecer, entretanto, de delimitação adequada e exploração sistemática. É em torno da riqueza teórico-metodológica deste campo problemático que buscamos refletir.

2. Formação de Interesses, Auto-Identificação e Capacitação de Classe: novos ingredientes num antigo debate.

O percurso analítico que até aqui foi acompanhado teve o seu ponto de arranque nos estudos clássicos sobre movimento operário. Subjacente a estes identificou-se a existência de uma ampla problemática de fundo, a qual poderia talvez ser sintetizada na indagação sobre **como se forma** a consciência de classe?

Este interrogante baseava-se na suposição da existência de interesses operários objetivos, unívocos e definidos a partir da natureza da estrutura econômica, e que, neste sentido, constituíram a base sobre a qual se elevaria a consciência de classe, ou emergiria a classe operária enquanto "classe para si". Sendo assim, o passo seguinte seria dado pela necessidade de enfrentar a questão da formação desta consciência; para tanto, haveria que responder sobre como trans-

formar o que está dado no econômico (as "classes objetivas" , foco central da questão) em algo política e ideologicamente perceptível (isto é, as "classes enquanto atores históricos")?

Este estilo de entendimento encontra efetivamente o seu fundamento em certas postulações do pensamento marxista, que senta suas raízes no famoso "Prólogo" **à Contribuição à Crítica da Economia Política**, de Marx. Ao afirmar-se ali a primazia do desenvolvimento das forças produtivas enquanto motor fundamental do processo de transformação social (e, logo, das transformações seja na natureza das relações sociais de produção e da base econômica, seja no caráter da superestrutura política e ideológica), cedeu-se o terreno para que se pudesse menosprezar, de fato, o efetivo papel histórico da ação individual e de classe, bem como a importância, teórica e prática, da luta de classe (Levine e Wright, 1980).

A leitura do texto à margem da obra que o contém, leva a dele depreender não apenas a univocidade e a irreconciliabilidade dos interesses operários na sociedade capitalista (dada a sua base material), como a necessidade objetiva de que os interesses manifestos e as ações encetadas venham a ser - cedo ou tarde - a expressão das pretensas relações objetivas da classe ou, como muito bem o denominou Przeworski (1977), das "classes como categorias de lugares".

É certo que, já desde Engels (em carta a Bloch de 1890) até boa parte do esforço do marxismo ocidental contemporâneo, muito se tem feito no sentido de dar os limites e

problematizar as formulações de Marx expressas neste texto (Althusser e Balibar, 1967; Poulantzas, 1968; Levine e Wright, 1980).

Contudo, e certo também que, por quase cem anos, aqueles poucos parágrafos foram erigidos como um dos pilares da teoria do materialismo histórico e, de um modo pouco criador, foram "aplicados" ao entendimento de não importa quais processos de transformação social em qualquer contexto histórico. Desse modo, a dialética de certos marxistas, longe de procurar ser a busca da lógica específica do objetivo específico (obsessivamente afirmada por Lenin, 1974; e Marx, 1971), parecia, ao contrário, conter o seu leque de leis gerais e a-históricas, a sua porção metafísica.

Este estilo de interpretação marcou sobremaneira o chamado "marxismo oficial", e realizou-se particularmente no entendimento da emergência histórica da classe operária enquanto ator social. E para isso foram fundamentais as contribuições dos teóricos marxistas mais imediatamente ligados à prática dos partidos operários.

Todavia, no caso da temática que nos importa, a longa acumulação de material empírico parece indicar ser esta uma questão de natureza bem mais complexa. Esta complexidade transparece tanto nos estudos diretamente dedicados à problemática do movimento sindical quanto nas mais recentes tradições relacionadas à análise do processo de trabalho e da estrutura da classe trabalhadora, dos seus padrões de reprodução e espaços de formação da sociabilidade.

De fato, longe de encontrar-se com o esforço aos supostos da univocidade de interesses, remetidos à base produtiva da consciência operária, esta literatura parece respaldar a necessidade de um significativo deslocamento de problemática, através do qual passa-se a sustentar como indagação básica aquela que questiona sobre o **conteúdo** dessa consciência. Vale dizer: **quais são** os interesses dos trabalhadores e **como eles se formam** ?

Ora, analisar interesses, tendo em vista o entendimento da problemática das práticas sociais e políticas de classes em luta, requer atentar para algumas considerações, das quais destacam-se pelo menos duas como centrais.

Em primeiro lugar, na medida em que o cerne da atenção está nos processos de conflito social e de luta de classes, o conceito de interesse define-se necessariamente a partir do seu caráter **relacional**: "os interesses de um grupo de atores não podem ser encarados como meros atributos destes mesmos atores, mas como atributos derivados do relacionamento social que se estabelece entre estes e outros atores" (Wright, 1982: 4).

Em segundo lugar, a análise da produção dos interesses de classes deve ser capaz de abarcar **tanto os mecanismos sociais**, de natureza estrutural, **quanto os mecanismos subjetivos**, que dizem da intencionalidade do ator.

De fato, estas duas considerações apontam para uma forma de entendimento que concebe o processo de formação das

classes como o movimento de constituição da consciência de classe e de transformação das classes em coletividades organizadas para o conflito e a luta por seus interesses. Nesse sentido, entende-se que as classes não são dadas unicamente por posições objetivas, vez que elas se constituem: (i) enquanto efeito de lutas e que (ii) estas lutas **não** são determinadas unicamente pelas relações de produção. Antes, porém, elas são estruturadas **pela totalidade das relações** econômicas, políticas e ideológicas **e tem efeito autônomo** sobre o processo de formação das classes (Przeworski, 1977).

Nessas condições, ainda, a formação das classes caracteriza-se por seu moto contínuo, no qual classes são permanentemente organizadas, desorganizadas e reorganizadas no decorrer do desenvolvimento capitalista e das lutas que lhe dão existência histórico-concreta.

Se tudo isto é verdade, as posições dentro desta teia complexa de relações sociais constituem limites históricos concretos ao sucesso da prática política. E, uma vez mais, se queremos ser consequentes com a formulação teórica geral, estes limites advém tanto de condicionantes estruturais, quanto de condicionantes oriundos das formas particulares de subjetividade e de solidariedade coletiva que dão conta da dimensão da intencionalidade dos atores sociais.

Dentre os limites de natureza estrutural poderíamos assinalar prioritariamente três (sem entretanto excluir a possibilidade de que outros deles sejam destacados): o Estado, o sistema político e o regime fabril. O primeiro, o Estado, por

sua relevância enquanto espaço de cristalização das relações de poder, expressas de modo mais imediato no nosso campo de interesse naqueles aspectos que dizem respeito à institucionalização das relações de trabalho. O segundo, o sistema político, por sua importância na dinâmica da luta político-ideológica, notadamente expressa através da ação dos partidos. O terceiro, o regime fabril, por ser um âmbito privilegiado para a análise das condições de "reprodução das relações do processo de trabalho através da regulamentação de conflitos" (Burawoy, 1983: 587).

No plano dos limites convencionalmente denominados subjetivos estão em cena os processos que determinam a formação da subjetividade operária através a definição e redefinição de projetos coletivos. Estes processos tem na família e na comunidade de residência espaços privilegiados de constituição das condições de emergência do sujeito operário, configurando interesses capazes de mover a sua ação político-sindi-cal.

Enfim, por tudo o que até aqui procuramos argumentar, parece claro que um novo enfoque teórico da análise das práticas sociais e políticas de classe supõe referência necessária à problemática dos interesses, detectando quais são eles e como se formam. Entretanto, esta análise jamais de completará se não formos capazes de determinar **como interesses se transformam em práticas** sociais e políticas concretas. Vale dizer, como a classe se mobiliza, na luta de classes, os recursos que a capacitam a transformar interesses sociais, mesmo amplos, em práticas concretas de classe.

Também, neste novo nível de elaboração, a problemática é inteiramente consequente com o que até aqui foi colocado. Isto porque, se a capacitação da classe operária não se desenvolve automaticamente como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, ao longo do processo de transformação capitalista, é possível acreditar que existam, sob o capital, processos que atuam sistematicamente no sentido, tanto de facultar, quanto de **bloquear** a capacitação da classe trabalhadora, desorganizando-a e inibindo a sua possibilidade de transformar a natureza das relações de produção e o caráter da sociedade.

Que processos são estes, como se expressam historicamente, quais os seus espaços privilegiados de constituição? Como a classe trabalhadora mobiliza seus interesses e recursos no contexto deste movimento contraditório do real? Estas são agora questões fundamentais ao entendimento da possibilidade de construção de práticas transformadoras.

Na perspectiva, confirmamos o deslocamento metodológico do problema, retirando do econômico o caráter de exclusivo elemento de explicação. Isto terá consequências no plano teórico, na medida em que passa a estar em cena a necessidade de entender quais são os recursos movidos pelas classes e como eles se constituem enquanto elementos que facultam e conversão de interesses sociais e individuais em práticas efetivas.

Assim, a reflexão sobre a formação das classes, para ser melhor encaminhada metodologicamente, pode ser redefi-

nida como **uma questão de capacitação das classes para a luta política**. Ou seja, enquanto o nível propriamente teórico do discurso procura resolver a questão de quais são e como se formam os interesses dos trabalhadores, ao nível metodológico, a teoria tem que resolver a questão de como esses interesses se materializam em práticas sociais.

Encaminhar, portanto, uma investigação sobre a formação de classe significa inquirir no real as práticas sociais que expressam, reproduzem e transformam interesses, isto é, como as classes se formam à medida em que adquirem a capacidade não só de elaborar um projeto, mas de desenvolver práticas que sejam socialmente relevantes para a implementação desse projeto.

A questão da capacitação da classe é, portanto, o elo que permite à investigação empírica corrigir e desenvolver o conhecimento sobre as classes.

A capacitação da classe trabalhadora nada mais é, em termos operacionais, que as práticas concretas expressas através de instituições como o sindicato, o partido, as associações de moradores e de estudantes, as comunidades de residência e a família. Através dessas instituições formam-se os interesses que definem e identificam as classes. Através delas, também, as classes podem encontrar os recursos ideológicos (uma linguagem, uma tradição, uma teoria, uma visão de mundo), os recursos materiais (utilidades, talentos, habilidades e dinheiro) e os recursos organizacionais (modos de articulação e mobilização de recursos para a ação) que lhe conferem a

capacidade de traduzir em praticas efetivas os seus interesses.

Estudar o movimento sindical pela ótica da formação de classe significa, sobretudo, problematizar os sindicatos enquanto instituições que expressam um determinado nível de capacitação para a luta de classe, por um lado, e como um conjunto de práticas que delimitam um certo terreno para a constituição e reconstituição de interesses, por outro.

Por um lado, explica-se o movimento sindical como resultado de um conjunto de determinações oriundas de diversas instâncias/instituições dentre as quais destacaremos o sistema político, o estado, o regime fabril e as comunidades de residência. Esta resultante, num dado momento, exerce a capacidade de praticar a defesa de interesses definidos por essas mesmas praticas, de modo mais ou menos articulado com outras instituições.

Por outro lado, o movimento sindical, através dos recursos ideológicos, materiais e organizacionais de que põe, delimita um certo terreno de possibilidades para a continuidade do processo de formação de interesses, de auto-identificação e de capacitação da classe trabalhadora.

3. Desdobramentos Empíricos: o desafio do enfrentamento concreto da relação movimento sindical-formação de classe

Qual o rendimento e a factibilidade dessas indicações teórico-metodológicas numa agenda de pesquisa? Em outras

palavras, qual o desempenho operacional dessa preocupação em recuperar as diversas determinações do objeto através de feixes de mediações ou de perspectivas precisamente delineadas , como o regime fabril, o movimento político operário e a formação cultural? Sem pretender esgotar a questão, esboçamos a seguir algumas indicações a partir de uma investigação empírica em andamento.

Os estudos sobre a reprodução da força de trabalho na Bahia, desenvolvidos pelo CRH/UFBa, indicavam claramente, em 1985, que a continuidade dessa linha de pesquisa passava pelo estudo, entre outros, da constituição e transformação de alguns agrupamentos ocupacionais operários centrais à nova estrutura da economia regional. Deslocava-se, assim, implicitamente a ênfase estrutural expressa pelo conceito de "força de trabalho" em favor de uma ênfase histórica, cuja explicitação seria dada pela teoria da formação das classes.

A problemática da formação da classe trabalhadora induziu, então, à escolha dos químicos e petroquímicos, como categorias sobre as quais centraríamos nossos estudos. A escolha justificava-se teoricamente pela posição central que têm os petroquímicos no mercado de trabalho (em termos de poder de barganha e qualificação), no processo de trabalho (em termos de controle sobre sua atividade), e na economia regional (em termos de geração de valor agregado). Tais centralidades representam uma posição de força e um privilegiamento na mobilização de recursos que fazem dos petroquímicos uma categoria chave para a formação da classe trabalhadora na Bahia.

Nossa primeira preocupação, portanto, como em qualquer estudo de formação de classe, foi avaliar a estrutura, o conteúdo e o nível de organização dos petroquímicos. Deveríamos, então, começar por investigar os seus sindicatos.

Ora, a história da criação do sindicato dos trabalhadores petroquímicos (Sindiquímica) e do sindicato dos trabalhadores químicos (Proquímicos) nos revela com nitidez a importância dos partidos políticos enquanto agências orientadoras das práticas sociais e a centralidade do sistema político como marco definidor dos limites dessas práticas. Seria inconcebível compreender o que são hoje esses sindicatos sem entender o papel que tiveram os partidos comunistas, então ilegais, na definição de sua ideologia e de sua estratégia nos anos que antecederam a Abertura (1963 e 1978). Assim como é impossível diminuir o impacto da proposta do "novo sindicalismo" e da criação do Partido dos Trabalhadores para as práticas que esses sindicatos têm desenvolvido desde a Abertura de 1979.

Todavia, se ficássemos restritos a essas determinações, não poderíamos entender inteiramente o conteúdo substantivo das práticas sindicais - o peso que adquirem determina das reivindicações, a importância dada a certas formas de propaganda, a própria organização do sindicato para a luta reivindicatória.

A partir de certo ponto, tanto o sistema político quanto as práticas políticas e ideológicas dos partidos, quanto a estrutura do sindicalismo brasileiro, se revelam insuficientes para a apreensão da riqueza desse conteúdo. Para dizer de modo sintético: se é justo começar por essas determina

ções é imprescindível ultrapassá-las.

É necessário compreender como as condições específicas à indústria petroquímica, junto com o sistema político e o Estado, definem um regime fabril, ou seja um espaço político no interior das fábricas, capaz de deslanchar e alimentar a formação de classe.

Aliam-se na indústria petroquímica algumas condições importantes de serem notadas: (i) o controle monopolístico das empresas sobre o mercado de insumos, de produtos finais e sobre o mercado de trabalho; (ii) a privatização da gerência dessas empresas através da privatização da propriedade do capital (Suarez, 1986); (iii) o nível de renda dos operadores de processo que, para ser condizente com seu nível de qualificação, os coloca numa posição privilegiada na estrutura da renda regional, possibilitando-lhes o acesso, ou a tentativa de acesso, a fontes alternativas de subsistência; (iv) o modo autoritário e pouco formal das relações de subordinação, que se choca com o aparato burocrático de gerência; (v) o razoável controle que o operador detém sobre o processo de trabalho.

Essas condições colocam determinadas frações da categoria, principalmente os operadores de processo, numa situação de insatisfação profunda com a posição operária que vivenciam. Primeiro, porque sua carreira na empresa está estrangulada pelo corte monopolístico das mesmas e por sua ultra-especialização em determinados processos que não se repetem no mercado; segundo, porque essas empresas, sendo privadas, passaram a expressar a cultura autoritária da gerência de uma

forma extremamente ameaçadora diante de qualquer questionamento das condições de trabalho e de remuneração; terceiro, porque diante das condições de trabalho e de carreira que lhes são apresentadas, a estratégia que se coloca de imediato é lutar por melhores salários e tentar constituir formas alternativas de subsistência; e, finalmente, porque o nível de iniciativa e de responsabilidade que lhes é conferido no processo de trabalho reassegura diariamente sua importância no sistema de produção e seu poder de barganha.

De fato, nesse regime fabril, os operadores parecem ter sido o núcleo a partir do qual a categoria tem-se organizado, aglutinando o pessoal de manutenção, de laboratório e de administração em torno do Sindiquímica e do Proquímicos.

É a partir da lógica de reprodução desse regime fabril, por outro lado, que os trabalhadores têm conseguido contrapor um discurso e uma prática de enfrentamento ao discurso e às práticas patronais (Guimarães, 1986).

Mas, o sistema político, a estrutura sindical e o regime fabril mostram-se instâncias insuficientes para a explicação do movimento sindical, se queremos verdadeiramente enfrentar a questão da constituição dos sujeitos sociais. Como tratar a questão da formação das lideranças operárias e das insatisfações que alimentam o processo de formação de classe nas fábricas, se não problematizando, de modo claro e transparente, a questão da formação da subjetividade e da **estruturação de trajetórias individuais e coletivas?**

Todo um conjunto de determinações continuaria desconhecido se não enfrentássemos a questão básica de saber qual é essa matriz sobre a qual a classe se constrói, que projetos individuais de vida são esses que se articulam aos projetos de classe, qual a sua dinâmica própria e qual a dinâmica de sua articulação. De fato, a formação de classe, enquanto formação de interesses, depende inicialmente das matrizes de valores e de interesses dos grupos sociais de referência que se expressam em projetos de vida.

O operador de processo petroquímico encontra no trabalho de turno não apenas um regime que mina a sua saúde física e mental, mas um horário de trabalho que inviabiliza a materialização de um padrão de vida almejado. A estratégia de privilegiar reivindicações sobre melhoria salarial, frente àquelas referidas à melhoria das condições de trabalho, tem a ver não apenas com o estrangulamento da carreira, mas com o desejo de retomar seu projeto de ascensão social, a partir do qual possa poupar-se do trabalho no Polo. Mas essas são observações ainda vagas diante do universo de considerações literalmente ignoradas, como os recursos que a família e as comunidades de residência põem à disposição do movimento sindical; ou como os valores e os projetos de vida de outros trabalhadores, que ocupam outras posições no processo de trabalho, se articulam com o projeto inicial de vida dos operadores de processo.

Mas, até aqui, desenvolvemos apenas a questão de explicar o movimento sindical. É necessário, também, que agora o movimento sindical seja estudado do ponto de vista dos limi-

tes concretos que ele coloca ou que ele abre para o processo de formação de classe, isto é, do ponto de vista de sua capacidade de estruturar, no conjunto das instituições já referidas, práticas formadoras da identidade de classe.

Nesse caso, é bom frisar, não podemos nos restringir a estudar o movimento sindical apenas como sujeito político da classe, exercendo sua capacitação ao lado do partido e dos movimentos sociais. Essa restrição só tinha sentido na velha problemática da consciência de classe. Isso porque, na nova problemática, não basta saber como o movimento sindical é capaz de modificar os próprios limites do sistema político que o estrutura nem saber como o movimento sindical é capaz de dotar de um projeto coletivo de classe um conjunto de indivíduos antes isolados.

É preciso saber, ademais, como o modo de exercício dessa capacidade modifica diretamente o regime fabril, seja ao influir na estratégia que o patronato pode contrapor, seja ao reorientar as práticas operárias nas fábricas.

Do mesmo modo, é preciso estudar como o movimento sindical é capaz de modificar as práticas familiares e de comunidades de residência que estruturam as trajetórias sociais de indivíduos e de coletividades.

Chegados a esse ponto da nossa reflexão, nos encontramos diante do problema de como encaminhar metodologicamente a operacionalização dessas questões de modo a torná-las acessíveis à investigação empírica, uma vez que os avanços lo-

grados nesse campo temático acabaram por transformar um ramo especializado dos estudos sociológicos num ponto de confluência de diversos outros ramos.

Mas, essa foi uma confluência necessária para que se preservasse o sentido clássico dos estudos sobre o movimento sindical, recriando, sob uma nova problemática, a antiga questão de saber qual o conteúdo e a forma da consciência operária. Para enfrentarmos claramente esse desafio teremos, então que assumir com transparência que, pelo menos por ora, será impossível a um único pesquisador e a uma única disciplina encaminhar com propriedade a investigação dessa questão.

Se assim é, o esforço de investigação terá, necessariamente, que tomar um caráter multidisciplinar, através da associação entre diversos pesquisadores, que encontram na teoria da formação de classes o eixo articulador entre as suas problemáticas específicas. Nisso reside a essência de nossa proposta operacional de pesquisa: fazer convergir para um da do segmento da classe operária o leque de inquietações teóricas que têm inspirado os estudos sobre o processo de trabalho, sobre a família operária, sobre a reprodução da força de trabalho, sobre a estrutura sindical e sobre o movimento operário para, desse modo, perceber no movimento sindical dessa categoria a instância mediadora de todas as outras instâncias, a agência que expressa a capacitação da classe e a agência a. través da qual essa capacitação recua ou avança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. Processo **de** trabalho **e** ciências sociais. A contribuição do GT "Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais". Rio de Janeiro, UFRJ-IFCH, 1985.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. "O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas". Debate e crítica, n°6, 1975.

_____. "Desarrollo capitalista y acción Sindical. **Revista Mexicana de Sociología**, LV. 1978.

ALTHUSSER, Louis & BALIBAR, Étienne. **Para leer El Capital**. México, Siglo XXI, 1967.

ARROIO JÚNIOR, Raimundo. **La miséria del milagro brasileno**. **Cuadernos Políticos**, 9, julio/set, 1976.

BARBOSA, Cira de Melo Jorge. "Capitalismo e força de trabalho - os níveis de sua articulação no Nordeste". In: **Capitalismo e Força de Trabalho**. Salvador, UFBA. 1983.

BILAC, Elizabete Doria. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo, símbolo, 1978.

_____. & MONTALI, Lilia. **Família e força de trabalho**. Documento de apresentação da sessão "Família e força de trabalho", IV° Encontro Nacional de Estudos Populacionais, São

- Paulo, Águas de S. Pedro, outubro, 16 p. 1985.
- BOSHI, Renato & VALLADARES, L. "Problemas teóricos na análise dos movimentos sociais :: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado". **Espaço e Debates**, nº 8, jan/abr. 1983.
- BURAWOY, Michel. "Between the labor process and the state: the changing face of factory regimes under capitalism". **American Sociological review**, v. 48. 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Proletariado no Brasil: situação e comportamento social". **Revista Brasiliense**, nº 41, maio/junho, 1962, pp. 98-122.
- CARDOSO, Ruth Corrêa L. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico". **Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo**, Brasiliense. 1983.
- CARVALHO, Inaiá M.M. de. **Operários e sociedade industrial na Bahia**. Salvador, UFBA. Coleção Estudos Baianos, nº 4.1971.
- _____. "Pauperização e condição de subsistência de trabalhadores urbanos". In: CARVALHO, I. & HAGUETTE, T. (org) **Trabalho e condições de vida no Nordeste Brasileiro, HUCI-TEC**, 1984.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. "Os 'restaurantes' da favela - a mercantilização do espaço doméstico". **Cadernos do CEAS**, nº 98, julho/agosto, 1985.

CASTRO, Nadya Araújo. "Ejército de reserva: su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil". Tese de Doutorado, México, UNAM, 360 p.1983.

DIAS, Everaldo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo, EDAGLIT, 329 p. 1962.

EDWARDS, Richard. **Contested Terrain**. New York, Basic Books. 1979.

ENGELS, Friedrich. "Engles a Bloch - 21/22 de setembro de 1890". In: K. MARX & F. ENGELS. **Obras Escolhidas**, vol.3 , Rio de Janeiro, Vitória, 1963.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. **Família Operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis, Vozes, 1982.

FLEURY, Maria Tereza Lima & FISCHER, Rosa Maria (orgs). **Processo e relações de trabalho no Brasil**, São Paulo, Atlas, 1975.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. "Regime Fabril e formação de classe na indústria petroquímica da Bahia". In: **Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências**, vol 1, Fortaleza, Mestrado em Sociologia/NEPS - UFCe, 1986. pp. 262-285.

HUMPHREY, John. "Operários na indústria automobilística do Brasil". **Estudos CEBRAP**, 23. 1979.

"As raízes e os desafios de novo sindicalismo na indústria automobilística". **Estudos CEBRAP**, 25. 1980.

. "A fábrica moderna no Brasil". **Cultura e Política**, nº 5/6, abr/set, 1981.

JACOBI, Pedro & NUNES, Edison. "Movimentos Sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática". Espaço e **Debates**, nº 10. 1983.

LENIN, v. I. **Quiénes son los "amigos del pueblo"?** México, Siglo XXI, 1974.

LE VEN, Michel; NEVES, Magda de Almeida & HORTA, Carlos Roberto. "Processo de trabalho e classe trabalhadora". Trabalho, apresentado ao VII Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo, outubro, 1983.

LEVINE, Andrew & WRIGHT, Erick Olin. "Rationality and class struggle". **Ntw Left Review.**, ns 123, 1980.

LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. Rio de Janeiro, 1965.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade Industrial no Brasil**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

MACEDO, Carmen Cinira. **A Reprodução da Desigualdade**. São Paulo, HUCITEC, 1979.

MACHADO, Luis A. & ZICCARDI, A. "Notas para discussão dos movimentos sociais urbanos", mimeo. 1979.

MARTINS, Heloísa H.T. de Souza. O **Estado e a burocratização de sindicato no Brasil**. São Paulo, HUCITEC, 1979.

MARX, Karl. "introducción". In: **Elementos** fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857- 1858 . Buenos Aires, Siglo XXI, vol. 1. 1971.

MATTOS, Tereza & CARVALHO, Mariana. "Efeitos da super-exploração sobre a classe operária". Brasil **Socialista**, nº 3, Suíça. 1975.

MIGLIOLI, Jorge. "Como são feitas as greves no Brasil?". **Ca demo do Povo**, nº 13. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1963.

MONTALI, Lilia. "A reprodução dos trabalhadores na periferia de São Paulo". Comunicação apresentada ao III² Encontro Nacional - ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, 1982.

MOREIRA ALVES. "Grassroots organizations, trade unions and the church: a challenge to the controlled Aberturain Brazil. **Latin American Perspectives**, issue 40, vol 11, na 1, Winter, pp. 73-102', 1984.

NELSON, Joan. "Migrants, urban poverty and instability in developing nations". Center of International Affairs, Har-

vard, mimeo, 1969.

OLIVEIRA, Francisco de. "Salvador: os exilados da opulência (expansão capitalista numa metrópole pobre). In: Vilmar FARIA & Guaraci Adeodato A.A. SOUZA (orgs) **Bahia de Todos OS Pobres**. (Cadernos CEBRAP, 34) Petrópolis, Vozes, 1980.

PEREIRA, Luis. **Trabalho e Desenvolvimento no Brasil**, são Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.

PERLMAN, Janice. **O Mito de Marginalidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PIORE, Michael J. "Notes for a theory of labor market stratification". In: Richards Edwards et alii. **Labor Market segmentation**. Mass., Lexington Books, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales en el Estado capltalista**. México, Siglo XXI, 1968..

PRZEWORSKI, Adam. "O processo de formação das classes". **Dados**, ne 16, Rio de Janeiro, 1977.

QUIJANO OBREGÓN, Anibal. "Redefinición de la dependência y proceso de marginalizacion en América Latina". Santiago , CESO, mimeo, 1970. .

_____. "Polo marginal de la economia y mano de obra marginalizada". Lima, Universidad Católica, mimeo, 1971

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Bra-
sil. São Paulo, DIFEL, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins.. **Conflito industrial e sindicalismo
no Brasil**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

_____ . **Industrialização e atitudes operarias**. São
Pau
lo, Brasiliense, 1970.

SIMÃO, Azis. O **Sindicato e o Estado**: suas relações na forma-
ção do proletariado de São Paulo. São Paulo, Dominus, 1966.

SINGER, Paul. "O milagre brasileiro: causas e consequências".
Cadernos CEBRAP, nº 6. São Paulo, 1972.

SORJ, Bila. "O processo de trabalho na indústria: tendências
de pesquisa". **BIB**, nº 15, 1983.

SUAREZ, Marcos Alban. **Petroquímica e Tecnoburocracia**. São
Paulo, HUCITEC, 1986..

TELLES, Jover. **o Movimento sindical no Brasil**. Rio de Janeiro,
Vitória, 1962.

VIANNA, Luis Werneck. "Estudos sobre sindicalismo e movimento
operário: resenha de algumas tendências", **BIB**, nº 3, Rio
de Janeiro, 1978.

_____ . "Atualizando uma bibliografia: 'novo sindicalis-
mo' cidadania e fabrica", **BIB**, nº 17, Rio de Janeiro, 1984,

WEFFORT, Francisco. **Participação e conflito industrial**. Cadern-
nº 6, São Paulo, CEBRAP, 1972.

_____. "Os sindicatos na política (Brasil: 1955-1964)" .
Ensaio Opinião, nº 2-5, 1978.

. "Democracia e movimento operário: algumas ques-
tões para a história do período 1945-1964", Parte 1 e 2
Revista da Cultura Contemporânea, nº 1 e 2. Parte 3, **Revis-
ta da Cultura Política**, nº i, 1979.

WRIGHT, Erik Olin. "Agency and class interest". Madison, Univ,
of Wisconsin, mimeo, 1982.